

O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ESCOLA

Evilin Inácio Campos¹

Jéssica Galindo Ribeiro¹

Natália dos Santos Machado¹

Natascha Oliveira Rodrigues¹

Silmara Cristina Ramos Quintana ²

¹ Assistentes Sociais formadas pela UNIP Campinas.

² Professora e Coordenadora do Curso de Serviço Social da UNIP Campinas e Professora do UNIFIA/UNISEPE.

RESUMO

O presente artigo tem como título O Serviço Social na Área da Educação, com ele buscamos compreender como se deu a iniciativa de incluir o serviço social na área da educação, qual é o seu papel neste espaço, quais são as contribuições e mudanças que esta inclusão trás. Através de uma abordagem quanti-qualitativa, com procedimento bibliográfico e estudo de caso de um município, e através do método dialético as hipóteses foram confirmadas e ampliadas, pelo fato de identificarmos a urgência da crítica sobre como tem se dado a intervenção da categoria nos poucos espaços já conquistados.

Palavras – chave: Educação, Transformação, Crítica, Reconstrução, Serviço Social.

ABSTRACT

The present work has as title Social Service in the Education area, with which we seek to understand how the initiative of including the social service in the area of education was given , what would be its role in this area, what would the contributions and changes that this inclusion would have.

Through an approach of quantitative- qualitative, the bibliographic procedure and case of study of a municipality, through the critical dialectic method, the hypotheses were confirmed and amplified, because of the fact that we have identified the critique urgency of how the intervention of the category has already conquered a few spaces.

Key Words: Education. Transformation. Critique. Reconstruction. Social Service.

APRESENTAÇÃO

A educação atinge amplamente diversos universos, sujeitos e espaços, porém estrategicamente sua estrutura e fundamentos são definidos a fim de manter a sociedade sob o sistema capitalista. Contudo existe uma contradição no resultado desta ação, ainda que limitada, sobre os sujeitos sociais, pois a mesma possibilita o despertar, o abrir dos olhos para o que de fato se pode obter desenvolver e

construir através de todo o conhecimento e possibilidade de troca, vivência e ampliação do entendimento sobre o eu e sobre o outro.

Compreende-se que em todo o lugar e a todo o momento se educa ou é educado, ou seja, a sociedade como um todo se torna educativa.

Pretendemos, assim, compreender os desafios encontrados pelo profissional e refletir sobre a contribuição do Serviço Social na área da Educação, buscando analisar melhor este novo espaço de trabalho, se existem resistência e incompreensão da função do assistente social na área da educação, o que dificulta a efetivação da lei para a atuação do mesmo e se a demanda para o profissional assistente social está vinculada a ações punitivas/ burocráticas e não sócio reflexivas a partir da realidade sócio histórica do discente, da família e da comunidade.

Os procedimentos de abordagem foram bibliográficos, o estudo de casos e o método da abordagem foi o dialético crítico. O presente estudo é dialético, pois analisa o resultado da teoria e prática construídas até este momento da luta.

Este trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo há uma análise teórica de como seria a atuação do assistente social no âmbito educacional. No segundo e terceiro capítulos é exposta a análise do objeto de estudo, envolvendo sua identificação e pesquisa de campo.

DESENVOLVIMENTO

CONHECER, FAZER, CONVIVER E SER: UMA CONSTRUÇÃO POR DIREITO.

A educação como possibilidade de emancipação do sujeito social

Dentre outras áreas, a educação atinge amplamente diversos universos, sujeitos e espaços, porém estrategicamente sua estrutura e fundamentos são definidos a fim de manter a sociedade sob o sistema capitalista.

A escola é o espaço concreto que possibilita o encontro de diversas histórias, carregadas de diferentes culturas, formas de viver e pensar, e é aqui que o todo se encontra tendo como potencial o somar e o multiplicar para desenvolver.

O âmbito educacional é mais amplo do que se imagina, e pode ir muito além das barreiras trazidas pelos padrões colocados pelo atual sistema. O espaço onde esta política se concretiza não é apenas um passa tempo, ou onde se aprende simplesmente português e matemática, a escola é um ambiente de construção conjunta e compartilhada, não só para a vida profissional, mas também para a

potencialização de indivíduos para o acesso pleno a direitos.

[...] Não podemos aceitar o todo poderosíssimo ingênuo da educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente ser feito, com e através da educação (FREIRE, 2001, p. 102).

Todavia quando se pensa nas limitações deste espaço, não se pode observar, apenas, estruturas e hierarquias, pois as mesmas se dão para além, uma vez que é concretizada a partir de seres humanos. Seres que compartilham, educam, estudam, encontram ou até mesmo se perdem. Como diz Freire:

A escola é um lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas quadros, programas, conceitos... Escola é, sobretudo, gente que trabalha que estuda que se alegra se conhece se estima: Coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente [...] (FREIRE, 2001, P. 102).

Sendo assim, aqui é claramente identificado um espaço de encontro das expressões da questão social em grande escala, e em conflitos constantes. Um local de concretização de direitos que precisa ser trabalhado, desenvolvido e potencializado. Sob o olhar do serviço social compreendemos que:

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (ALMEIDA, 2005, p.10).

Pode-se ir além, pois uma nova vertente sobre a educação, trazida pela UNESCO, compreende que em todo o lugar e a todo o momento se educa ou é educado, ou seja, a sociedade como um todo se torna educativa. Não se pode privar o conhecimento a um pequeno espaço quando cada território e momento podem trazer aprendizados diversos e únicos.

Esta área tem como diretriz os 4 pilares estabelecidos pela UNESCO. A seguir, apresentamos o contraste destes pilares pelo olhar do Serviço Social:

Aprender a conhecer: O conhecimento que transformado em ação leva as pessoas a lugares nunca imaginados. Um cidadão provido de conhecimento torna-se alguém emancipado, conhecedor de seus direitos e praticante de seus deveres.

Aprender a fazer: Ser um profissional apto e pronto para agir, proativo e capaz de compreender e lidar com indivíduos que são o resultado de seu contexto, história e subjetividades.

Aprender a conviver: Diante das expressões da questão social tornasse imprescindível, que a sociedade esteja preparada para lidar com todas as diferenças e diversidades de forma a incluir o visível e o invisível, e do conflito seja religioso, físico, ideológico, cultural e etc., supere o previsível e

transforme a exclusão em inclusão, em uma verdadeira conexão, que possibilite conviver não pela unanimidade, mas pelo respeito e compromisso do indivíduo no coletivo.

Aprender a ser: Notar-se como ser pensante, conhecer a si mesmo e dentro de si identificar como compreender o ser dos que nos cercam, tornando-se naturalmente um agente que transforma para efetivamente incluir.

Por fim, somente através desse olhar, e com ações voltadas para a efetivação eficaz do aprender a: aprender, fazer, conviver e ser, que poderemos alcançar a emancipação plena em uma sociedade que rompa com as barreiras construídas cultural e historicamente via a subjugação e dominação pelo poder.

Sujeito social de direito da alienação a consciência política

A alienação social incapacita o pensamento independente do ser humano, e ele passa a aceitar tudo como algo natural, racional ou divino. Este tipo de alienação é o oposto do pensamento crítico.

A emancipação é entendida como a capacidade do homem de a partir da reflexão das incertezas, perceber as contradições dialéticas do contexto social e se reconhecer como sujeito, sendo capaz de pensar criticamente sua condição humana, orientada por uma práxis que possibilite o processo de transformação social.

O empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar, e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito a si e ao outro. Deve ser entendido como, um processo pelo qual podem acontecer transformações nas relações sociais.

Qual a contribuição do serviço social para essa emancipação?

A escola deve ser capaz de preparar os indivíduos para a vida em sociedade, onde se cria a importância do trabalho com grupos de famílias no contexto escolar, para fortalecer o indivíduo para a sociedade. Mas para isso a escola deve estar em sintonia com a realidade do aluno e principalmente com a realidade da comunidade, pois temos que olhar como um todo, o sujeito inserido no tecido social.

[...] não fere as especificidades da profissão e tampouco seus campos de especificidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática (MARTINELLI, 1995, p. 235).

Desta maneira, a inserção de um profissional de serviço social dentro da escola deve contribuir para, que a educação seja uma prática de inclusão social emancipatória.

Podendo contribuir como força de articulação com os demais profissionais da escola, no

enfrentamento das várias faces das expressões da questão social, que afetam direta ou indiretamente seus membros, onde muitas vezes a escola não sabe como intervir, pois, sabemos que é no seu interior, no cotidiano do aluno, da família e da comunidade, que se expressam as diferentes expressões da desigualdade social.

Sendo que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar, através de ações que mostrem à importância da relação escola, aluno, família e comunidade.

A autora Mary Silva traz a ideia de que, o trabalho do assistente social na política de educação não pode ficar restrito apenas dentro de suas paredes, precisa estar totalmente ligado à comunidade que a cerca, considerando todos os indivíduos como sujeitos sociais, acreditando na escola como espaço de formação, participação e efetivação de direitos.

Análise do Posicionamento do Serviço Social nesta Política

Durante a Constituinte de 1988 as responsabilidades do Estado foram repensadas, promoveram a educação fundamental passando a ser dever do Estado.

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

A inserção do profissional nesta política impõe a categoria um grande desafio, de construir uma intervenção, cujo um dos princípios, seja em prol da equidade e da justiça social.

Seria então necessário um agente facilitador para compreender os trâmites entre família, escola, comunidade e alunos, dessa forma buscando uma aproximação e participação dos mesmos com esse serviço.

Conforme os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), a postura de um profissional de serviço social deve reconhecer e defender a “(...) liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”; e o “aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida¹”. O assistente social enquanto profissional trabalha para o sujeito, lutando junto com ele contra a violação de seus direitos.

¹ Código de Ética Profissional dos assistentes sociais aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS n.º 290/94 e 293/94

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS também apresenta grandes avanços através das lutas para conquistar esse espaço de atuação, foram necessários diversos encontros até que a discussão sobre a importância do profissional de serviço social atuando na área da educação fosse levada a nível nacional.

Art. 1º - Todas as Escolas Públicas, Entidades Filantrópicas, OSCIPs e Fundações, cuja atividade principal seja o provimento da educação, ficam obrigadas a manterem o serviço social escolar.

III– Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços sócio assistenciais, voltados aos pais e alunos no âmbito da educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades (BRASIL, 2010).

Sabemos também que a educação qualificada, é o pesadelo do capitalismo. Porque será que isso ocorre? Com certeza pelo simples fato que é através do conhecimento que compreendemos e exigimos nossos direitos, dificultando cada vez mais manipulação social.

Relato da Pesquisa

A presente pesquisa buscou conhecer duas realidades municipais, sendo um município de pequeno porte II, que possui em sua rede pública de educação assistentes sociais na atenção direta aos alunos da rede municipal, e outro município, que teve na gestão do período de 2001 a 2004, uma equipe de assistentes sociais como assessores da educação pública municipal.

Pesquisa De Campo

Delimitação do tema: Os desafios encontrados pelo assistente social no campo educacional: O fazer profissional diante dos quatro pilares da educação em dois municípios do estado de São Paulo.

Objetivo Geral: Refletir sobre a contribuição do Serviço Social na área da Educação, buscando compreender melhor este novo espaço de trabalho para que a conquista plena do mesmo seja possível.

Objetivos Específicos:

Verificar as possibilidades de atuação do profissional de serviço social dentro de uma escola;

Acompanhar o processo de normatização do Serviço Social na Educação, a partir do levantamento de dados mediante a pesquisa de campo;

Analisar a visão dos profissionais de assistentes sociais, que atuam na política de educação.

Delimitação do problema:

Quais as dificuldades encontradas pelo assistente social para atuar na área da educação?

Existem resistências em reconhecer a importância do assistente social na educação?

Existe clareza do papel do profissional de serviço social na área da educação?

Hipóteses:

Existem resistência e incompreensão da função do assistente social na área da educação, o que dificulta a efetivação da lei para a atuação do mesmo.

A demanda para o profissional assistente social está vinculada a ações punitivas/ burocráticas e não sócias reflexivas da realidade sócio histórica do discente, da família e da comunidade.

A educação vê no assistente social mais um profissional para realizar a atenção ao discente, entretanto, muitas vezes desvinculado do caráter de direitos humanos, numa compreensão de atenção em rede do sistema de garantia de direitos.

Metodologia: Para a realização do trabalho, partimos da abordagem qualitativa, um método de investigação científica, estudando as suas particularidades, onde o objetivo é refletir sobre as contribuições e os desafios do assistente social na área da educação.

Objetivos de abordagem:

Exploratório: Permite uma relação entre os pesquisadores e o tema pesquisado, visto que este ainda foi pouco explorado.

Descritivo: Descrever as características de um fenômeno.

Explicativo: Explicar a razão, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade.

Os procedimentos de abordagem foram bibliográficos e, estudo de casos e o método da abordagem foram dialéticos. Por fim, o presente estudo é dialético, pois analisa o resultado da teoria construída até este momento da luta pela conquista deste espaço em contraste com a realidade e a práxis profissional dentro do contexto escolar.

A seguir a apresentação das entrevistas realizadas com três Assistentes Sociais do município de pequeno porte II, onde foi utilizado um questionário de treze questões com perguntas abertas, semiestruturadas de uma forma que fosse possível compreender como se dá a efetivação de seu papel no campo educacional, a fim de coletar dados que subsidiem a troca entre a teoria e o que é encontrado na prática.

- Como surge o serviço social na área da educação deste município?

Assistente social 1: “Há muito tempo atrás era o assistente social, que trabalhava em creche, que fazia esse papel no campo educacional, mas era assistencialista, hoje em dia são concursadas no cargo de assistente social. A demanda profissional é um pouco mais administrativa, sua função é a matrícula das crianças da escola em período integral e verificar a lista de espera das crianças.

“Uma das funções é ofertar a vaga para a criança, somente se a genitora estiver inserida no mercado de trabalho, essa ação é contrária ao nosso projeto ético- político, afinal todas as crianças têm direito a educação”.

Assistente social 2: “Se a mãe perdeu ou não o emprego é papel do (a) assistente social verificar”.

- O trabalho do Assistente Social é Multidisciplinar ou Interdisciplinar?

Assistente social 1: Multidisciplinar e Interdisciplinar, pois na parte da função em que faz a matrícula das crianças é multidisciplinar, pois não se relaciona com nenhum outro profissional.

Assistente social 2: “Mas existe uma outra função, que é a parte que tem o acompanhamento com as crianças, e caso surja alguma doença, é papel do (a) assistente social articular com os demais profissionais. ”

Assistente social 1: “Para uma tratativa do caso de doença desta criança, que no caso é conversado com um Pediatra, na maioria das vezes contando o que está acontecendo para que esse profissional realize o tratamento do caso”.

- Qual a intervenção do Serviço Social na escola junto à criança e ao adolescente na rede intersetorial?

Assistente social 1: “Conforme foi dito na questão anterior, na questão educacional não existe intervenção com os outros profissionais, mas é papel do profissional de serviço social, dentro da escola, fazer encaminhamentos como no caso citado acima, para a política da saúde”.

- Quais os avanços e o desafios enfrentados pelo Serviço Social na rede da educação?

Assistente social 1: Trabalho há três anos como assistente social na área da educação, e existem diversos desafios, uma grande demanda são o fato dos casos de drogas, pais separados, pais presos. Não percebo avanço pois não somos verdadeiramente aceitas como profissionais no campo educacional, não dão valor a nossa profissão e os outros profissionais não tem a visão da importância do nosso trabalho.

Assistente social 2: O papel deste profissional é fazer valer o direito da criança, onde dentro de uma escola o professor só olha a situação do aluno, mas é este profissional inserido na escola que vai verificar todo o contexto sócio histórico.

- Frente ao projeto ético político quais são as intervenções? Uma situação que houve o posicionamento ético-político, teórico- metodológico e técnico-operativo?

Assistente social 1: Não realizamos essas dimensões, pois o direito da criança é um, mas enquanto profissionais seguimos as regras da instituição que exige outra perspectiva. Pois no meu ponto de vista, e conforme o princípio ético, não importa se a mãe trabalha ou não, é direito da criança estar estudando. Mas existe uma verificação mensal, onde é tido um termo que a mãe leva para a chefia assinar

comprovando que está no mercado de trabalho, caso a mãe não tenha como comprovar o seu (a) filho (a) perde a vaga na escola.

A segunda entrevista, foi realizada na região metropolitana de Campinas com uma assistente social que foi assessora na Secretaria Municipal de Educação da cidade, a mesma relatou que durante quatro anos (2000-2004), o conjunto CFESS/CRESS se organizou para lutar pelo reconhecimento da lei que regulamenta o profissional de serviço social na educação, pois o nosso objetivo é trabalhar a educação emancipatória e não “mecânica”. A lei foi aprovada no senado, porém ainda deve passar pela aprovação do atual Presidente. Essa luta foi em volta da mesma perspectiva do piso salarial e a redução na carga horária de trabalho.

A proposta é trabalhar a inclusão nas escolas junto aos usuários e suas famílias no projeto societário, contextualizando a Política Pública de Educação e trabalhando na formação do ser social.

Campinas não lutou para conquistar esse espaço, o município acredita que não é necessário o profissional de serviço social na área da educação. A entrevistada foi assessora, onde trabalhou a inclusão destes profissionais para a sua atuação dentro da escola, mostrando o quanto é importante, mas no contexto que vivemos a escola deseja respostas imediatas das demandas, não com base em um projeto para trabalhar contra a hegemonia.

Não reconhecem a importância do profissional na escola, pois não compreendem como as expressões acontecem e implicam no processo ensino-aprendizagem, a escola ensina disciplinas que não dialogam com a realidade, ou seja, produzem “conhecimentos” em que não são necessários pensar ou questionar o fato abordado.

Para a formação humana é necessária a atuação do profissional de serviço social, possibilitando que os funcionários trabalhem para além dos muros da escola, abordando o contexto da família e sua realidade. O profissional Assistente Social deseja trabalhar dentro da área da educação com o seu objeto de trabalho que são as expressões da questão social, a inclusão na escola através de um projeto pedagógico e não apenas através de funções burocráticas, se distanciando da realidade, da escola e dos alunos. A luta da profissão vem contra a proposta de estado neoliberal.

Campinas não teve este posicionamento até a década 90, as creches eram da promoção social e não da educação, porém quando houve a transição entre as políticas, compreenderam que não havia necessidade do profissional de serviço social, pois acreditavam que fortaleceria o assistencialismo como era desenvolvido no início.

Veremos a seguir os gráficos que apresentam o cenário escolar do município estudado, para que seja possível dimensionar e quantificar a conquista do Serviço Social neste território.

ANÁLISE DOS DADOS

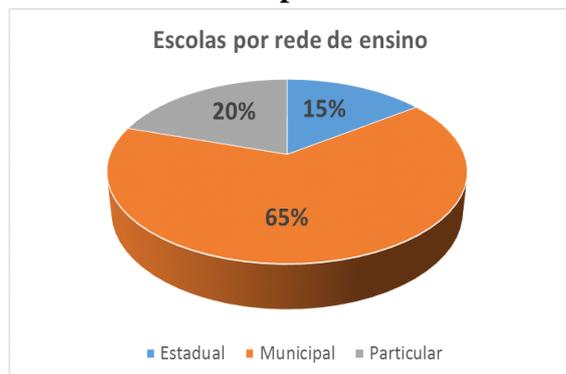
Cenário escolar do município de Cordeirópolis:

Gráfico 1: Escolas com atuação do Serviço Social



O Gráfico 1 apresenta que 65% das escolas do município de Cordeirópolis possuem a atuação de assistentes sociais, uma vez a rede municipal, que é predominante no número de escolas, foi quem efetivou a lei em suas instituições.

Gráfico 2: Escolas por rede de ensino



O Gráfico 2 apresenta a porcentagem de escolas que cada rede de ensino possui no município de Cordeirópolis, sendo que: 20% das escolas são instituições privadas, 15% são instituições estaduais e 65% são instituições municipais.

Gráfico 3: Escolas por ciclo de ensino



O Gráfico 3 apresenta em quantas instituições cada ciclo de ensino é atendido no município de Cordeirópolis, sendo que: 4 escolas atendem o ensino médio, 2 escolas atendem ao EJA presencial, 9 escolas atendem o ensino infantil e 10 escolas atendem o ensino fundamental.

Podemos observar que há atuação de um assistente social em mais de 65% das escolas do município, mas isso dá, pelo fato de que, somente a rede municipal adotou esta medida. Todavia este é um primeiro passo para novas conquistas.

Análise dos dados pesquisados

Após a pesquisa de campo identificamos que a escola tem dificuldades em compreender o papel do serviço social neste espaço, a mesma segue normas que, além de não atenderem as especificidades de cada indivíduo, também não intervêm de forma dialética, sendo estes pontos de extrema importância para o serviço social, trabalhamos, lutamos e idealizamos uma educação sem alienação.

Não podemos imaginar uma articulação que não considere a rede intersetorial, pois embora a escola seja um dos locais onde o sujeito dedica a maior parte do seu tempo, não é possível defini-lo sem conhecer profundamente sua realidade, seu território e as políticas em que se encontra, por causa disso, o trabalho e a participação intersetorial são de extrema importância, compreendendo, então, a participação do mesmo nas outras políticas, sua realidade e em quais serviços está inserido.

Art 4º Constituem competências do Assistente Social: V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (Código de ética Lei 8.662/1993).

Intervenções superficiais não são eficazes, e podem ao invés de fortalecer o sujeito, colocá-lo sob novas mazelas sociais. “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o

opressor”. Paulo Freire². Enquanto profissionais de serviço social, devemos trabalhar com o sujeito em sua totalidade, sendo este, um desafio para a escola, trabalhar o sujeito com profundidade e não superficialmente.

Um dos pontos que fortalece essa precarização do atendimento, é também, a precarização das condições de trabalho postas para o assistente social, que possui uma demanda exacerbada e sem o apoio de uma equipe técnica, os profissionais da área da educação demonstram dificuldade em compreender o papel do assistente social, onde “lutas” constantes precisam ser travadas para romper diversas barreiras e, enquanto as mesmas não são vencidas, este profissional acaba desenvolvendo um papel burocrático.

Embora a conquista deste espaço seja um avanço, ainda é um desafio fazer com que corpo docente reconheça a importância deste trabalho, e a superação desta realidade será possível somente com uma postura de crítica e luta do assistente social, para que a intervenção neste campo seja de fato emancipatória e não burocrática “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Paulo Freire (FREIRE 1987:68).

No processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social como profissão insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada: 1º pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais; 2º por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência (YASBEK, 2206, p. 13-14).

Como profissionais não podemos perder o foco do nosso código de ética, pois além de ferir as diretrizes da nossa profissão, também ferimos o direito dos cidadãos impedindo que os mesmos tenham

² FREIRE, Paulo. Disponível em <https://pensador.uol.com.br/paulo_freire_frases_educacao/> Acesso em: 15 de abril. 2017.

acesso ao que é posto pela Constituição Federal de 1988, sendo assim, nosso papel é mobilizar, articular, trabalhar com a escola, sujeito, famílias e comunidade em busca de mudanças, que atendam às necessidades dos usuários que estão inseridos na escola, tornando a mesma um espaço de pertencimento e identificação para o sujeito, com aquilo que ele reconhece e retrata de sua realidade.

“Não disputar um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente centrou-se em um projeto de desenvolvimento com foco no consumo e criou políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-os com os interesses da classe dominante...” (Frigotto, 2011, p. 241).

Por fim, não basta simplesmente estar inserido neste campo de atuação, é necessário a disponibilização de uma orientação, afim de que a rede escolar esteja ciente do real papel do serviço social na escola e, que como profissionais tenhamos bem claro qual deve ser o nosso posicionamento diante deste cenário, que é de luta e constante reflexão, e não meramente um produtor de críticas vazias de ações concretas contra as mesmas. Ressaltando que o objetivo da nossa intervenção não é substituir os profissionais da escola, e sim, buscar novas formas e saberes para o empoderamento da classe trabalhadora, transformando-a afim de que enxergue para além do capital.

“O momento que vivemos é o momento pleno de desafios, mas do que nunca é preciso ter coragem, é ter esperança para enfrentar o presente, é preciso resistir e sonhar”. (IAMAMOTO, 2000, p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no trabalho desenvolvido, identificamos que a escola tem dificuldade em compreender o papel do serviço social neste espaço, a mesma segue normas, que além de não atenderem as especificidades de cada indivíduo, também não intervêm de forma dialética, sendo estes pontos de extrema importância para o serviço social.

Observamos, também, que os profissionais entrevistados têm compreensão do objetivo da categoria, e sabem que as intervenções praticadas estão longe de nos levar a ele, contudo não identificamos sinais de luta contra aquilo que está posto. Diante disso, juntos, levantamos esta crítica, pois nosso objeto de trabalho é e sempre serão as expressões da questão social, e não a instituição que nos contrata, compreendemos que pertencemos a classe trabalhadora, entretanto, devemos realizar essa

mediação sempre com o olhar para o sujeito, pois para nós, enquanto profissional, é isto que o nosso Código de Ética trás.

Uma vez não há articulação conjunta, não se considera o todo, ou seja, o sujeito, a família, a comunidade e a escola, ferindo o direito ao acesso à educação, pois as vagas em período integral são dadas somente para aqueles responsáveis que estão inseridos no mercado de trabalho, sendo assim, ao invés de solucionar um problema ampliamos o mesmo, ao impossibilitar o responsável de buscar um novo emprego, causando maior fragilidade financeira, deixando as crianças em situação de vulnerabilidade, por estar fora do ambiente escolar, enfim, são inúmeras as gravidades colocadas sobre a família por não se respeitar o sujeito como um ser histórico e peculiar, que além de possuir deveres também se consiste em direitos.

O assistente social na área da educação tem um papel muito mais amplo, a escola não deveria ser vista simplesmente como cumprimento obrigatório de matérias e planos pedagógicos, e sim, como espaço para conviver com sujeitos de diversas realidades, onde os vínculos comunitários e familiares são fortalecidos, onde se luta por uma educação emancipatória que vá para além do capital, através de um ensino libertador, como já dizia Paulo Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”³ Ou seja, a dialética, eu transformo e sou transformado ao mesmo tempo.

Quando nos deparamos com essa frase, entendemos que a dialética da mudança, não é apenas transferir conhecimento, mas também receber e desenvolver novos conhecimentos juntos, é a quebra do ensino vertical, pois os mesmos não têm o poder da fala, e nem o direito de se expressar, são vistos apenas como recipientes prontos para receber informações, mas que em nada podem contribuir.

Assim como relata Rubem Alves “Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre tem um dono. Deixaram ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado⁴. ”

³ FREIRE, Paulo. Disponível em <https://pensador.uol.com.br/paulo_freire_frases_educacao/> Acesso em: 15 de abril. 2017.

⁴ ALVES, Rubem. Disponível em <<https://pensador.uol.com.br/frase/MzczMjY/>> Acesso em: 13 de abril.2017.

Quando Rubem Alves diz isso ele grita por escolas que possibilitem a transformação, e não escolas tecnocráticas, mas sim escolas que realmente façam com que a realidade tenha sentido, que abordem o sujeito como um todo, que desenvolvam e compartilhem instrumentos, que inspirem a mudança e que ensinem a compreendê-las. E a importância desta dialética o serviço social conhece bem, pois é através de Marx que compreendemos que o novo está na troca do que existe em mim e no outro.

A assistente social que foi assessora, aborda outro aspecto importante, que traz a reflexão sobre a postura do serviço social frente as expressões da questão social, que não podem ser imediatistas e sim pensadas, e na vontade de contribuir, não podemos simplesmente nos inserir, este momento de análise é extremamente rico e contribui para ampliar o olhar sobre o que já foi construído, e o que pode ser reformulado. É do incomodo e da crítica que o serviço social foi construído e este não é o momento de dar passos para trás.

É assim, junto a Educação, que o Serviço Social acredita no desenvolvimento de uma metodologia para que seja possível obter novos resultados. Mesmo com todas as resistências que existem dentro deste espaço educacional, os profissionais entrevistados deixam uma frase que relata o que é ser um profissional que atua na área da educação. [...] é muito gratificante trabalhar nesta área, a luta é grande, mas existem casos que podemos falar: valeu a pena. (A.S – Cordeirópolis).

Entretanto o campo educacional e o serviço social não são mais os mesmos, e possuem cada um, com sua atribuição, a missão de abrir os olhos e de empoderar as mãos da sociedade. Este é o momento de olhar para dentro de cada categoria e compreender que todos são melhor que um, e que o todo sim, é capaz de ganhos coletivos, e que mesmo assim não deixam de impactar positivamente a cada indivíduo.

Por fim, sabemos que há um longo caminho a percorrer, e que possamos estar convictos de que não importa somente o resultado, a conquista ou não deste espaço, importa também a forma e cada momento desta construção, que precisa ir e olhar além.

Referências

ALVES, Rubem. Disponível em <<https://pensador.uol.com.br/frase/MzczMjY/>> Acesso em: 13 de abril.2017.

ALVES, Rubem. Disponível em <<http://kdfrases.com/frase/114685>> Acesso em: 10 de outubro de. 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania*. São Paulo, 2005. p 10.

BRASIL, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 15 de julho. 2016 horário 16:00.

BRASIL, lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em: 09 de maio. 2017 horário 08:00.

BRASIL, Projeto de Lei nº 142 de 2004. Denominação da Escola André Franco Montoro a Escola Estadual Orestes Guimarães. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjBrOOZ_YDPAhXEFzAKHedzDPEQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.al.sp.gov.br%2Fsp1%2F2004%2F3%2FPropositura%2F504633%2F3637663_propositura_Projetodelei_504633.doc&sg=AFQjCNFV_I6xMWLACIIsam6FQJGoCZogjQ> Acesso em: 8 de set. 2016.

Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação. Brasília, junho de 2011. Disponível em <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>> Acesso em: 29 de junho. 2016 horário 15:34.

FREIRE, Paulo. Sua visão de mundo, de homem e de sociedade. São Paulo, 2001. p 102.

FREIRE, Paulo. Disponível em <https://pensador.uol.com.br/paulo_freire_frases_educacao/> Acesso em: 15 de abril. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo, 2011. 241 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo, 2012. 17 p

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Educação e Serviço social: Elo para a construção da cidadania. São Paulo, 2012.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p.

SILVA, Marcela Mary José da (org.). Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. 1. ed. Campinas – SP: Papel Social, 2012.

UNESCO. Relatório 2010. Brasília 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>> Acesso em: 8 de set. 2016.

YASBEK, Maria Carmelita. Serviço social & sociedade 63 anos xxi julho 2000 o enfrentamento da pobreza em questão. São Paulo, 2000. 13-14 p.